

Boa tarde a todos,

Antes de mais, quero agradecer o convite para estar aqui hoje convosco e felicitar o Sindicato dos Jornalistas pela realização deste encontro. Este encontro demonstra que podemos ir além do diagnóstico dos problemas do nosso sector, para procurar ser também parte da solução. Às vezes esquecemos-nos que a nossa actividade - a nossa indústria -, foi fundada por jornalistas. Foram jornalistas como Julius Reuter, Joseph Pulitzer ou o nosso José Eduardo Coelho, fundador do Diário de Notícias, que criaram a moderna indústria dos media. Não foram capitalistas ou o Estado que criaram a nossa indústria, como hoje a conhecemos, mas sim jornalistas como nós.

Acredito que o futuro do sector passará igualmente pelos jornalistas e que não será possível reinventar o modelo de negócio dos media sem a nossa participação ativa.

Aqui chegados, é importante recordar que, enquanto atividade, o Jornalismo insere-se numa longa tradição de contar histórias, que provavelmente remonta aos primórdios da espécie humana.

A Humanidade sempre gostou de contar e de ouvir histórias, porque estas ajudam a entender a realidade que nos rodeia, a estimular a nossa imaginação, a construir identidades colectivas, a reforçar as nossas convicções políticas ou ideológicas, a antecipar o futuro e, até, a diminuir a ansiedade.

O que distingue o Jornalismo de outras formas de contar histórias é o facto de existir para fornecer aos cidadãos a informação de que estes necessitam para poderem fazer escolhas informadas, o que nos obriga a procurar trabalhar com isenção, independência e rigor, de maneira a conseguirmos chegar o mais próximo possível da Verdade, sem *bias*.

Ao contrário dos mitos, das tradições orais que passam de geração em geração e das “narrativas” dos modernos ‘spin doctors’, o Jornalismo existe para fornecer às pessoas a informação de que estas necessitam para saber em que candidato votar, que profissão escolher, que cuidados a ter com a saúde, onde comprar casa, que livro ler...

Todos somos falíveis e por isso saliento a palavra “procurar”. O nosso trabalho consiste em perseguir um ideal. E a nossa credibilidade, enquanto jornalistas, depende da busca incessante desse ideal de isenção, independência e rigor.

Quando deixamos de procurar esse ideal, estamos mortos sem o sabermos, porque deixamos de ser credíveis. O público não é tão ‘parvo’ como algumas pessoas pensam e não é por acaso que as poucas marcas de informação que sobrevivem há mais de um século são aquelas cuja informação é tida como mais credível.

É que apesar de todas as formas de intoxicação da opinião pública, de narrativas que nos são servidas e da multiplicação das chamadas ‘fake news’, as pessoas continuam a precisar que haja alguém que procure, investigue, selecione, confirme e valide a informação relevante de que necessitam para poderem tomar decisões informadas e esclarecidas nas suas vidas.

Essa procura por informação válida e útil continua a existir, como demonstram os números da audiências dos jornais (em papel e online), embora a maioria das pessoas não esteja disposta a pagar pela informação que consome.

Este paradoxo deve-se a um problema de funcionamento do mercado, que não poderei abordar aqui por falta de tempo. Mas podemos dizer que o nosso produto - a informação trabalhada de acordo com as regras do jornalismo - continua a ter procura.

O bom jornalismo é um serviço público, porque escrutina os diferentes poderes e contribui para que os cidadãos possam fazer melhores escolhas para as suas vidas e para o conjunto da sociedade. Um país com bom jornalismo é um país melhor governado.

Acredito que é possível reinventar o nosso modelo de negócio e criar órgãos de comunicação social financeiramente sustentáveis. É isso que eu e os meus colegas do Jornal Económico temos procurado fazer, apostando nas novas tecnologias e, sobretudo, procurando fazer jornalismo de qualidade.

Porém, há situações em que o jornalismo de qualidade não é financeiramente sustentável. Para estes casos, temos de encontrar em conjunto, enquanto sociedade, soluções que permitam financiar a actividade jornalística, sem que tal nos coloque numa situação de dependência face ao poder político e económico.

É possível fazer isto de várias formas, mas gostava de centrar a minha intervenção no caso concreto das fundações privadas, que analisei na tese que defendi na Universidade do Minho, sob a orientação do professor Joaquim Fidalgo, em 2013. Esta investigação incluiu pesquisa documental e entrevistas com várias personalidades do jornalismo, do direito, da academia, do setor fundacional e do setor financeiro, como Francisco Pinto Balsemão, fundador da Impresa, Marcelo Rebelo de Sousa (antes de ser Presidente da República), Carlos Monjardino, Joaquim Vieira e Eduardo Cintra Torres, entre outros. Incluiu também a elaboração de um plano financeiro para a criação de uma fundação de imprensa.

O ponto de partida da investigação foi o seguinte: Ao longo da História, as sociedades sempre encontraram formas de financiar actividades que contribuem para o bem comum, fosse através do Estado, fosse através da iniciativa privada.

A primeira entidade equiparada a uma Fundação, em que houve uma separação entre o património e a pessoa do fundador, foi provavelmente a Biblioteca de Alexandria, que um dos reis da dinastia dos Ptolomeus ofereceu ao povo egípcio.

Em Portugal temos o exemplo das Misericórdias, que existem desde o século XVI e são instituições de beneficência dirigidas por leigos.

Ou seja, sempre existiram instituições a quem é entregue um determinado capital, que depois é rentabilizado para suportar determinados fins de interesse público.

Se temos fundações para que existem para promover actividades culturais, científicas, educativas, desportivas e outras, porque não criar fundações de media, que não tenham apoios estatais e sejam financiadas apenas pelo retorno dos seus activos e pelas receitas de circulação e publicidade?

**Antes de prosseguir, recordemos que, segundo a lei portuguesa, uma fundação é uma organização sem fins lucrativos, criada por iniciativa de uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas, para a gestão de uma massa patrimonial que lhe é cedida definitivamente pelos fundadores e que deve ser substancialmente preservada, para a satisfação de certas finalidades de interesse social.**

A Fundação é, por isso, uma instituição que prossegue um determinado fim de interesse público, financiando a sua atividade com o retorno obtido com a rentabilização do património que lhe foi legado pelos seus fundadores.

**A conclusão a que cheguei na minha investigação é que as fundações podem desempenhar um papel relevante nesta área, de duas formas:**

- A primeira, é a concessão de apoios a projectos específicos dos meios de comunicação social, por exemplo na área do jornalismo de investigação. Há vários exemplos a nível internacional e em Portugal temos as bolsas atribuídas pela Fundação Gulbenkian, anunciadas no ano passado. Temos também o exemplo do Fumaças, um projeto inovador que recebeu um apoio da fundação de George Soros.

- A segunda é assumindo a propriedade de meios de comunicação social. É este modelo de “fundações de imprensa” que vou abordar de seguida.

As personalidades entrevistadas no âmbito da minha tese apontaram o que consideram ser vantagens e desvantagens das fundações jornalísticas:

### Prós e Contras das Fundações Jornalísticas



Universidade do Minho

Argumentos a favor	Argumentos contrários
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Jornalismo livre da influência do poder político (Carlos Monjardino);</li> <li>- Permitem assegurar sobrevivência dos jornais ameaçados e contribuir para a melhoria da sua qualidade editorial (Marcelo Rebelo de Sousa);</li> <li>- Permitem a sobrevivência dos jornais em dificuldades, preservando ao mesmo tempo a sua independência face às pressões políticas e económicas (Andrei Khalip);</li> <li>- Jornalismo mais abrangente, plural e livre (Eduardo Cintra Torres);</li> <li>- Menos constrangimentos da “comunicação empresarial” e da “comunicação política” (Eduardo Cintra Torres);</li> <li>- Em teoria, menor constrangimento da produção jornalística em relação aos proprietários (Eduardo Cintra Torres);</li> <li>- Possibilidade de venderem conteúdos jornalísticos às empresas de media, a preços que estas não conseguiriam praticar (Francisco Pinto Balsemão);</li> <li>- Seria mais fácil assegurar a independência jornalística (Joaquim Vieira);</li> <li>- Fortalecimento do “jornalismo necessário”, com investigação “independente dos poderes e relações de poder – e do escrutínio público (Paulo Querido);</li> <li>- Podem ser uma das formas de garantir a sobrevivência financeira da Imprensa, desde que os projectos sejam sustentáveis (António Costa).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade em obter capital e rendimento suficientes para suportar projectos de Imprensa de grande circulação que dependessem apenas desse financiamento (Paulo Lameiras Martins);</li> <li>- Inexistência de estímulo concorrencial. Publicações sem fins lucrativos arriscam tornar-se desinteressantes (Joaquim Vieira);</li> <li>- Não teria efeitos positivos na qualidade do jornalismo em Portugal. O futuro do sector passa pela “reinvenção do jornalismo, quanto ao seu suporte físico, à sua organização empresarial e até à sua linguagem” (Joaquim Vieira).</li> <li>- Dificuldades na obtenção de rendimento e de capital (Francisco Pinto Balsemão);</li> <li>- Incapacidade de assegurar independência editorial face aos fundadores e dirigentes da fundação (Pinto Balsemão);</li> <li>- Disputa do mercado publicitário seria nociva e desvirtuadora das razões que levam à criação de fundações (Francisco Pinto Balsemão);</li> <li>- Dificuldade em delimitar que tipo de entidades podiam ser consideradas como Fundações Jornalísticas – como delimitar o verdadeiro serviço público? (Marcelo Rebelo de Sousa);</li> <li>- Risco de dependência de fundos públicos, “nos casos em que o Estado conceda benesses” (Paulo Querido);</li> <li>- Risco da fundação visar um jornalismo “orientado” (Eduardo Cintra Torres);</li> <li>- Risco de falta de transparência no financiamento, levando à distorção do mercado e concorrência desleal (Cintra Torres).</li> </ul>

Olhemos para um exemplo prático. Um dos melhores jornais do mundo, o "**The Guardian**", é propriedade do Scott Trust, uma entidade equiparável a uma fundação, que foi criada em 1936 pela família proprietária do jornal, com o objetivo de o financiar em perpetuidade, assegurando assim a sua independência.

**O facto de ser propriedade do Scott Trust permitiu ao "The Guardian":**

- Preservar a independência editorial ao longo de 83 anos, tal como desejado pelo fundador;
- Manter o investimento no jornal, com recurso ao retorno dos outros investimentos dos Scott Trust, que no final de 2018 detinha ativos de valor superior a mil milhões de libras;
- Assegurar a estabilidade das direções do jornal, mantendo assim o fio condutor, a estabilidade e a memória que são essenciais num meio de comunicação social. Alguns diretores ficaram à frente do The Guardian durante 20 anos.

Não será errado supor que o The Guardian sobreviveu todos estes anos devido ao facto de pertencer a um fundo sem fins lucrativos.

**Mas é importante ter em conta o seguinte: o fundador do Scott Trust optou por este modelo porque pretendia assegurar a viabilidade e o futuro do The Guardian, mas também porque queria que os herdeiros não tivessem de pagar o imposto sucessório.**

**O interesse próprio anda de mãos dadas com a filantropia. Para incentivar a segunda, temos de atender ao primeiro.**

Além do The Guardian, o modelo fundacional ou de 'trust' é utilizado em jornais como o "Tampa Bay Times", da Flórida (vencedor de 12 prémios Pulitzer, ao longo da sua história) e o francês "Ouest France", entre outros.

**A questão que faço é: seria isto possível em Portugal?**

Estou convencido que sim, mas para tal seriam necessárias duas coisas importantíssimas.

A primeira é óbvia: capital. Ao contrário do que se possa pensar, ele existe, mas está dedicado a outras causas meritórias. Por motivos que não vale a pena referir aqui, as fundações adquiriram alguma má reputação em Portugal, mas a verdade é que desempenham um papel importantíssimo em áreas como a ciência, a cultura e o apoio social.

Existem 884 fundações em Portugal, que gerem ativos no valor de nove mil milhões de euros, mas 90% deste valor está concentrado em apenas trinta instituições, com a Fundação Gulbenkian no topo da lista, com quase 2,7 mil milhões. Em 2018 a fundação teve prejuízo, mas no ano anterior teve um resultado positivo de 83 milhões de euros, que serviu para financiar as suas atividades filantrópicas. Outras grandes fundações são a Fundação Champalimaud, a Fundação Oriente e a Fundação Casa de Bragança.

Seria positivo para o nosso setor se uma parte deste montante que pertence às fundações nacionais fosse investido nos media. Podemos mesmo concluir que faria uma diferença enorme para o nosso sector.

Mas não podemos esperar que sejam as fundações atuais, sozinhas, a fazerem esse esforço.

**O que nos leva ao segundo aspeto.** É necessário criar condições para que outros mecenas privados estejam disponíveis para financiar este tipo de projectos, e também para que, à semelhança do que aconteceu com o “The Guardian”, empresas de media com fins lucrativos se possam converter em fundações.

Aqui o poder político é decisivo, não só para criar condições que tornem o mecenato em media mais atractivo, como também para prevenir alguns riscos que foram identificados na minha tese, através das entrevistas com informantes privilegiados:

Entre as medidas que deveriam ser aplicadas pelo poder político, destaco:

- 1) **Reforço dos benefícios fiscais para os mecenas:** Seria vantajosa a criação de um regime de benefícios fiscais específico para as fundações jornalísticas, que permitisse deduzir a totalidade dos donativos no IRS e no IRC a pagar pelos contribuintes, de modo a tornar atractiva a criação destas entidades. Por outro lado, o reconhecimento destes donativos para fins fiscais teria de ser o mais rápido, simples e transparente possível, para evitar situações de discriminação por parte do poder político.
- 2) **Dotação inicial e sustentabilidade financeira:** A lei deve exigir que a dotação das fundações jornalísticas assegure a sustentabilidade financeira dos respectivos projectos jornalísticos, pelo menos por um período de cinco anos, seja através de uma só dotação inicial, seja através de doações periódicas até atingir determinado valor. O retorno esperado da carteira de activos da fundação, somado às receitas de vendas e de publicidade, deve ser suficiente para cobrir os prejuízos do meio. Desta forma, embora não visem a maximização do lucro, as fundações jornalísticas devem ser financeiramente sustentáveis, prevenindo o risco de descapitalização.
- 3) **Exercício de actividade económica:** As fundações jornalísticas devem poder exercer actividades económicas, desde que os resultados das mesmas revertam para o financiamento do seu objectivo social. Entre estas actividades encontram-se a venda de jornais e revistas e a angariação de investimento publicitário, salvo nos casos em que as fundações tenham o estatuto de instituições de utilidade pública, que impede o exercício de actividades económicas em concorrência com outras entidades que não gozem desse mesmo estatuto. Também neste caso se previne o risco de ausência de viabilidade financeira.
- 4) **Metas de impacto social:** As fundações jornalísticas devem ter metas de impacto social, estabelecidas no momento da instituição, nomeadamente em termos de exemplares vendidos e/ou de circulação paga, de modo a cumprirem efectivamente os fins sociais que justifiquem a sua criação. Desta forma, terão um incentivo poderoso para se manterem competitivas e inovadoras, fugindo à possibilidade de se tornarem “desinteressantes”.
- 5) **Exigências de independência e qualidade editorial:** As fundações jornalísticas devem prosseguir objectivos de qualidade, independência e rigor jornalísticos, através de mecanismos internos de governance que assegurem a separação entre a área editorial e as administrações. Desta forma, exige-se às fundações jornalísticas um patamar de qualidade que justifique o seu estatuto.

- 6) **Encerramento compulsivo em determinadas situações:** O não-cumprimento, de forma continuada, das regras de sustentabilidade financeira, das metas de impacto social ou das exigências de qualidade editorial das fundações jornalísticas deve obrigar ao encerramento das fundações e à entrega do seu património ao Estado. O encerramento apenas deve poder ser decidido pelos tribunais, pelos conselhos de curadores ou pela Entidade Reguladora da Comunicação Social.
- 7) **Possibilidade de transformação de jornais comerciais em fundações jornalísticas e vice-versa:** A lei deve permitir a conversão dos jornais comerciais em fundações jornalísticas e vice-versa. Desta forma, os jornais poderão adaptar-se aos ciclos económicos e às tendências do mercado, bem como captar novos investidores, nos casos em que os jornais de fundações se transformem em meios com fins lucrativos. Porém, nestas situações, a possibilidade de conversão deve ter sido prevista pelos fundadores nos actos de instituição e as fundações devem tornar-se accionistas maioritárias desses jornais.
- 8) **Proibição de apoios estatais:** As fundações de Imprensa devem estar impedidas de receber quaisquer apoios, patrocínios ou investimentos publicitários do Estado ou de entidades públicas, de forma a manterem a independência face aos poderes públicos, prevenindo a possibilidade de interferência política;
- 9) **Neutralidade partidária:** A lei deve exigir que as fundações jornalísticas se mantenham neutras em termos político-partidários, independentemente de a linha editorial dos jornais poder ser considerada mais à esquerda ou mais à direita;
- 10) **Reconhecimento tácito, imediato e transparente do estatuto de fundação por parte do Estado:** A legislação tem de assegurar o reconhecimento imediato e transparente do estatuto de fundação, por parte do Primeiro-Ministro, no caso das fundações com fins culturais destinadas à publicação de jornais. O não-reconhecimento apenas poderá ter lugar se o Governo demonstrar que a fundação não tem condições para cumprir os fins para os quais seria criada.

Creio que tudo isto valeria a pena mesmo que servisse para que fosse criada apenas uma fundação destas em Portugal.

Obrigado pela vossa atenção.